

Encontro Nacional de Estudantes de Ciências da Comunicação Braga, 7 Janeiro de 2011

Quase diabólico Elementos para a compreensão das carreiras de investigação hoje

Emília Rodrigues Araújo¹
(texto da comunicação)

Introdução

Pediram-me para que falasse sobre as principais características e desafios das carreiras na área da investigação hoje, com particular incidência sobre as Ciências Sociais. O assunto é complexo e vasto. Além disso, vivermos em tempos cada vez mais violentos, simbólica e materialmente falando. Cada vez mais se exige do indivíduo respostas e antecipações face a acontecimentos que não encontram correspondência nos próprios projectos e acções das instituições. Estas estão, aliás, crescentemente desligadas da responsabilidade sobre as biografias individuais, projectando expectativas sem realização concreta à vista. No tempo de que disponho, vou centrar-me alguns pontos que considero mais relevantes: algumas ideias de fundo que enquadram o entendimento das carreiras em investigação e em Ciências Sociais hoje e alguns pontos centrais sobre as expectativas e os dilemas da formação de pós-graduação.

I.

As identidades individuais (também colectivas) dos investigadores estão muito marcadas por processos de auto e hetero – classificações que atingem, ainda de forma muito negativa, as Ciências Sociais. Mais especificamente, assiste-se tanto à persistência de uns, como à emergência de outros preconceitos acerca do *valor* e da *utilidade* das áreas de investigação e do conhecimento que importa assumir e desconstruir. Estes processos são tão mais visíveis quanto mais a escassez de recursos contribui para o surgimento de novos modos de segregação baseados em critérios de avaliação que, por vezes, devido à sua simplicidade ou ao poder de quem os protagoniza, se aceitam como únicos, indiscutíveis e necessariamente justos. No contexto da avaliação da pertinência da formação pós-graduada, especialmente o doutoramento, é preciso assumir que tais critérios influenciam a vida quotidiana e o próprio auto – conceito do investigador e é isso que me interessa que tenhamos em conta.

Os doutorandos nas áreas das Ciências Sociais e Humanidades são frequentemente visados como estando a desenvolver teses “sem valor acrescentado”, teses “teóricas” e “pouco práticas”. Estas classificações, por vezes demasiado interiorizadas pelos próprios doutorandos, actuam no sentido da desvalorização material do próprio trabalho desenvolvido, tendo influência sobre a as suas motivações e expectativas. Torna-se necessário, antes de mais,

¹ Docente no Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, departamento de Sociologia, Investigadora no Centro de Estudos em Comunicação e Sociedade e investigadora Associada no Centro de Investigação em Ciências Sociais. Contacto: era@ics.uminho.pt

perceber que há lugar para teses “teóricas” e “práticas” em todas as áreas disciplinares e que a fronteira entre teoria e prática é tão ténue que até a “prática” se constitui predominantemente de saberes conceptuais e reflexivos. Absolutamente central é a delimitação da temática e o recorte dos problemas a abordar, juntamente com a questão/ideia que se quer discutir. E, não diferentemente de todas as outras áreas disciplinares, também às Ciências Sociais se confrontam com a demanda da proposição de perguntas de elevado “sentido acrescentado”. Tenho dito isto, aliás, a respeito do facto de sentir que, apesar de vivermos num mundo com cada vez mais problemas pertinentes, as perguntas colocadas nos projectos de investigação me parecerem ser, muitas das vezes, demasiado similares nos modos de conceptualização e abordagem. Diria mesmo sobre este assunto que existem ainda muitos “velhos problemas”, “muito velhos”, que, aliás, só precisam de ser questionados de outra forma, com outra intensidade e fazendo uso de outros quadros teórico–metodológicos: ganha a ciência no seu todo, e ganha a sociedade.

Tenho, no fundo, muita dificuldade em separar detalhadamente o que é ou não prático, é um assunto relevante a desconstruir, mas diria que a investigação fundamental não é um privilégio ou um luxo e, muito menos, uma inutilidade. Ela é estruturante dos sistemas nacionais de ciência e tecnologia e em todas as áreas, incluindo as Ciências Sociais, desempenha um papel essencial porque é nela que a liberdade, a criatividade e as possibilidades de inovação se encontram. Ao contrário do raciocínio que a opõe à investigação “aplicada”, a investigação fundamental é o motor real da capacidade de sustentação das bases de um sistema de ciência e tecnologia com identidade e autonomia. Por isso, assinalo aqui a constatação de uma tendência exagerada e perversa por parte dos avaliadores e políticos no sentido de valorizarem mais a investigação que se propõe, de forma imediata, resolver problemas e, em particular nas ciências sociais, ao discurso que as tende a colar à tecnologia e ao mercado na figura de facilitadoras da dinâmica da sociedade de consumo ou no papel de solucionar disfunções dos sistemas, como a pobreza ou outra multiplicidade de questões sociais.

Muito mal estaremos no futuro se esta via se agarrar demasiado aos métodos de avaliação e financiamento de projectos e de trabalhos, destacados pela necessidade de produzir respostas rápidas. Digo isto, sem querer obviamente desvalorizar o estatuto relevante e cada vez mais importante, diria, da investigação “aplicada”.

II.

O emprego científico não se limita às universidades e centros de investigação. Todavia, em Portugal, as actividades de I&D estão basicamente centrados nestas instituições que aglomeram também os centros de investigação. Ademais, há indicadores de que a falta de emprego científico está a gerar *fuga de cérebros* (*sobretudo* ao nível do doutoramento e do pós–doutoramento) à medida que o número de doutorados se eleva, em todas as áreas científicas. O emprego científico implica, em particular, a expansão do sector de I&D para fora das Universidades, local que ainda concentra, mais do que noutros países, como a Finlândia, a grande parte de doutorados. Tal como tinha dito antes, nas Ciências Sociais este é um desafio ainda maior, uma vez que é necessário lidar com

várias ideias preconcebidas acerca do valor dos resultados científicos e metodologias de tradução e de transferência. O extracto que a seguir se apresenta (Quintas, 2009), mostra como o doutoramento pode contribuir para a afirmação profissional do doutorando:

“O doutoramento ... tem outras vantagens que pode dar ...como empresário ou profissional de prática privada um doutorado também acaba por contribuir para o aumento não só das competências, mas também para a credibilidade, em termos de imagem perante o cliente ou para o doente que me procura, o que, obviamente, depois, se reflecte numa maior procura da actividade neste caso de psicologia”².

III.

Em suma, podemos afirmar que, tal como acontece em todos os outros domínios, e falando no contexto Europeu, as *carreiras* na área da investigação são cada vez mais itinerários deixados à responsabilidade do próprio indivíduo na sequência de várias escolhas e constrangimentos que percorrem o seu caminho biográfico, por vezes diversas, por vezes díspares. Podemos resumir os principais traços das carreiras na área de investigação, atendendo aos seguintes itens:

- A universidade de origem (doutoramento) (sobretudo pelo seu prestígio, melhor dizendo, valor no mercado simbólico) é uma variável estruturante dos percursos individuais, abrindo ou fechando portas, desde as fases iniciais de formação. O mesmo acontece com os orientadores científicos marcam a imagem do investigador.
- Exigem cada vez mais mobilidade geográfica e institucional justificada pela necessidade de acesso a redes e melhoria de competências.
- Assiste-se à emergência do mercado internacional de trabalho e à intensificação dos seus mecanismos de selecção.
- As trajectórias individuais estão ainda bastante marcadas pelos efeitos de género.
- A mobilidade geográfica institucional e intersectorial constitui hoje uma condição ao exercício e manutenção das carreiras na área da investigação.
- A mobilidade intersectorial (sobretudo da universidade para a indústria) marca especialmente os trajectos nas áreas das Ciências e Engenharias.
- O recrutamento para posições na área da investigação está bastante dependente dos capitais sociais, da “densidade” das redes às quais pertencem os investigadores. Aliás, o capital social manuseado por um investigador, é ele próprio uma fonte de poder na construção do que hoje se vem chamando “marketing pessoal”. Os conhecimentos linguísticos inserem-se aqui também.

² Quintas, Carla (2009) *Trajectórias profissionais de doutorados*, tese de Mestrado em Sociologia, Universidade do Minho.

IV.

Vivemos em ambientes muito selectivos. Também vivemos em ambientes paradoxais. No contexto da academia assiste-se a um choque persistente entre vários discursos, entre os quais dos próprios estudantes e políticos. Estes tendem a remeter à universidade e aos centros de investigação uma dupla função que é, no mínimo, diabólica e da qual não escapam os professores: a de ensino e descoberta e a de “preparação” e encaminhamento, o “mais realista possível”, para o mercado de trabalho, tal como este se apresenta num tempo 0. Na minha perspectiva, diria sobre este assunto que não me parece lógica tamanha responsabilização (*conseguir emprego*) sobre a Universidade e suas metodologias de ensino, principalmente ao nível da formação de pós-graduação, atendendo à definição desta e aos seus objectivos.

De qualquer forma, os problemas que aqui colocamos, designadamente a respeito da empregabilidade de doutorados, não são singulares para o caso Português. Vários países da Europa, com menor evidência no caso dos nórdicos, enfrentam o acréscimo do número de pessoas com pós-graduação, que não encontram emprego directamente correspondente na investigação, em Universidades e centros de Investigação associados. Podemos dizer que se têm intensificado a propagação e a interiorização de um discurso em prol da mobilidade e da necessidade de actualização e resistência por parte do investigador cujas causas não deixam de ser, também, as falhas estruturais nos sistemas para absorverem convenientemente e com relativa estabilidade estes indivíduos, fora do âmbito estrito das universidades e dos centros de investigação, criando uma representação menos linear da pós-graduação e do que com ela se pode obter no mercado de trabalho mais estruturado. Trata-se, aliás, de uma “praxis discursiva” fundamentalmente ideológica, até se tivermos em conta que a mobilidade e a “inter-nacionalidade” constituem duas traves mestras na definição da actividade científica.

Em jeito de síntese diria, de forma muito breve que falta ainda muito aos centros de investigação em Portugal, no sentido de atraírem investigadores nacionais e internacionais, assim como favorecerem a expansão da sua internacionalização, de modo a poderem constituir-se como pólos de desenvolvimento de carreiras de investigadores mais jovens. Falta também trabalhar a iniciativa e as possibilidades individuais de valorizar os graus académicos cada vez mais procurados, como o doutoramento, no contexto do mercado, em sentido lato. A melhoria da mobilidade intersectorial (favorecido pelos programas de apoio a disseminação e inovação, como as *spin-off* que respondam a necessidades do mercado), acompanhada da redefinição de programas doutorais duplamente orientados para carreiras académicas e para carreiras na área da investigação, mas não académicas, em sentido estrito, formam um *cluster* de desafios que se coloca às Universidades, enquanto entidades educativas (ao nível do 3º ciclo). Desafios que envolvem novas formas de construção do valor das áreas científicas, mas, quiçá, também, outras posturas/representações da parte dos próprios formandos (mestres, doutores) e responsáveis governativos face aos modos de uso do conhecimento e dos saberes.

Obrigada.